



AS FALHAS DAS POLÍTICAS DE INOVAÇÃO

OS PROGRAMAS BRASILEIROS DE INOVAÇÃO NÃO DEMONSTRAM
ADERÊNCIA ÀS NECESSIDADES DOS PEQUENOS NEGÓCIOS E DO
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL LOCAL DO PAÍS.

| POR GLESSIA SILVA E LUIZ CARLOS DI SERIO

Os pequenos negócios e a inovação que eles podem gerar são peças fundamentais nos propósitos de desenvolvimento de qualquer país. Embora essas empresas possuam pouca representatividade e força se tomadas de forma individual, juntas refletem o estado de uma economia e o potencial de transformação de uma sociedade. No entanto, das 94 políticas de inovação brasileiras existentes no ano passado, apenas 23 tinham como foco a pequena empresa, sendo nove federais, nove estaduais e cinco municipais, de acordo com pesquisa dos autores deste artigo.

É importante frisarmos que o número de políticas de inovação, de forma geral, vem diminuindo drasticamente. No período entre 2016 e 2017, foram descontinuadas 206 das 300 políticas existentes no Brasil. O país vem fazendo cortes em investimentos em inovação, e hoje os gastos na área respondem por 1,2% do produto interno bruto (PIB), contra, por exemplo, 2,1% do PIB no caso da China. De acordo com depoimento de Ildeu de Castro Moreira, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em reportagem publicada pela revista *Carta Capital*, “quando a economia passou a crescer em ritmo menor, os chineses aumentaram os investimentos em Ciência e Tecnologia, exatamente para dar suporte ao desenvolvimento local. O Brasil faz o inverso. Em meio à crise, promove um desmonte sem precedentes na área”.

DEFICIÊNCIAS DAS POLÍTICAS DE INOVAÇÃO

Segundo o estudo realizado pelos autores, as políticas de inovação voltadas para a pequena empresa formuladas em todas as esferas governamentais não demonstram aderência aos pequenos negócios nem aos propósitos de desenvolvimento econômico e social do país, seja por sua baixa representatividade, como observado principalmente nos municípios, seja pela desconsideração das características das pequenas empresas e das necessidades de cada contexto. Como uma política pública é por natureza local, sua efetividade depende de sua proximidade com a situação de cada localidade e com o público-alvo a que pretende atender.

Além disso, o público-alvo da maior parte das políticas existentes são *startups* e pequenas empresas mais estruturadas. Isso vai ao encontro ao perfil da maior parte das pequenas empresas: pequenas empresas de baixa tecnologia, pertencentes a setores tradicionais, e que não utilizam pesquisa e desenvolvimento (P&D) em seu processo de inovação.

O tipo predominante de apoio oferecido é o financeiro. Como não há apoio técnico, gerencial e nem humano integrado, as empresas beneficiadas têm dificuldade de reverter

DE 94 POLÍTICAS DE INOVAÇÃO, APENAS 23 TÊM COMO FOCO A PEQUENA EMPRESA E MESMO ESTAS NÃO ATENDEM AO PERFIL DA MAIORIA DOS NEGÓCIOS DE MENOR PORTE.

os recursos financeiros em resultados de inovação. As políticas também não possuem mecanismos de acompanhamento. Portanto, não há supervisão quanto à execução das atividades para assegurar o cumprimento dos objetivos e a correção de eventuais problemas. Também não há especificação dos impactos pretendidos nem das métricas de avaliação a serem utilizadas para mensurar a efetividade das políticas.

Não há canais de comunicação estruturados entre a política de inovação e o público-alvo que tornem as políticas visíveis e acessíveis às empresas a que pretendem atender. Tampouco existem dados que permitam às partes interessadas acessarem nas esferas federais, estaduais e municipais a evolução e os efeitos das políticas de inovação no país.

A abordagem identificada nas políticas de inovação leva a crer que elas foram formuladas com o propósito de que sua simples existência pudesse melhorar a economia de mercado. Não parece haver um alinhamento com o que se espera de uma política de inovação para a pequena empresa. Portanto, é preciso repensar a formulação dessas políticas para criar uma trajetória de dependência que promova o desenvolvimento das pequenas empresas e das localidades.

IMPLICAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

A inovação é a saída para tornar as cidades autossuficientes, elevar o bem-estar social e evitar bolsões de pobreza. Para tanto, essas ações devem estar intimamente ligadas ao contexto a que pretendem atender. Caso contrário, geram efeitos nocivos às localidades. Por exemplo, imaginemos uma cidade pequena localizada no alto sertão. Não há empregos para o jovem, os serviços e produtos ofertados são de baixa qualidade, o atendimento é precário, e os jovens com mais perspectiva são filhos de comerciantes ou funcionários públicos. A cidade é mantida pelo comércio e pela presença de uma grande empresa e poucos órgãos públicos comuns a todo tipo de localidade, principalmente pela prefeitura. Com o discurso de desenvolvimento, o governo resolve instalar uma universidade, métrica clássica de inovação.

RECOMENDAÇÕES AOS FORMULADORES DE POLÍTICAS



- ✓ Aumentar os investimentos em inovação no país;
- ✓ Inserir a pequena empresa nos propósitos de desenvolvimento econômico e social;
- ✓ Criar um canal unificado de acesso às políticas de inovação brasileiras;
- ✓ Explicitar no texto da política o contexto local, os resultados pretendidos, os mecanismos de acompanhamento e as métricas de avaliação;
- ✓ Conceder apoio financeiro acompanhado de apoio técnico, gerencial e humano;
- ✓ Criar mecanismos de acompanhamento alinhados com cada fase de execução da política de inovação;
- ✓ Utilizar métricas de avaliação alinhadas com cada perfil de público-alvo.

AS POLÍTICAS EXISTENTES OFERECEM APOIO FINANCEIRO SEM INTEGRÁ-LO COM UM SUPORTE TÉCNICO, GERENCIAL OU HUMANO QUE PERMITA ÀS EMPRESAS REVERTER OS RECURSOS EM RESULTADOS DE INOVAÇÃO.

Vamos à análise: esse tipo de política para localidades pobres ou pouco desenvolvidas, quando empregado sem outras políticas, é pouco efetivo para a localidade. Melhor qualificação por parte dos jovens não significará oportunidades dentro da localidade. Recém-formado, o jovem não conseguirá emprego e vai exercer qualquer atividade não relacionada com sua formação. Isso aumentará o senso de não pertencimento e gerará um fluxo migratório rumo às capitais, consideradas *redutos de oportunidades*. Isso também não aumentará a qualidade dos serviços nem dos produtos ofertados na localidade, pois a criação da universidade não significa valorização da atividade empreendedora, que leva à inovação. Como resultado, haverá dificuldade em reter profissionais de saúde e os próprios professores da universidade, que residem na capital e se deslocam rumo a essa cidade apenas a trabalho.

Mas e se, em conjunto com a criação da universidade, os formuladores de políticas investissem em ações para valorizar o potencial local, por meio da pequena empresa e da população local, e criassem oportunidades? A pergunta

norteadora da política deveria ser: o que essa cidade precisa para se tornar autossuficiente e para que a população ali permaneça, e como a instalação da universidade pode ser pensada para contribuir com esse propósito? A solução para as localidades e para o país parte da valorização do potencial de inovação de cada cidade e das empresas que as representam, as pequenas empresas. Portanto, é preciso repensar a formulação das políticas para criar uma trajetória que promova desenvolvimento econômico e social. ●

PARA SABER MAIS:

- Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). *Índice Firjan de gestão fiscal*, 2017. Disponível em: firjan.com.br/data/files/4A/B0/A3/B1/C4CCD51063C6AAD58AB09C2/IFGF%202017%20An_lise%20Especial%20Vers_o%20Completa.pdf
- Rodrigo Martins. *A asfixia financeira imposta à ciência sabota o desenvolvimento do país. Carta Capital*, 2018. Disponível em: cartacapital.com.br/revista/1004/a-asfixia-financeira-imposta-a-ciencia-sabota-o-desenvolvimento-do-pais
- Glessia Silva. *Inovação na pequena empresa: desvendando conceitos, modelos e políticas de inovação*, 2018. Disponível em: bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/24719

GLESSIA SILVA > Professora da Universidade Federal de Sergipe (UFS) > glessia@ufs.br
 LUIZ CARLOS DI SERIO > Professor da FGV EAESP > luz.diserio@fgv.br